

Estrutural será regularizada antes do recesso parlamentar

DF - Vila da Estrutural

Comissão da Câmara aprova projeto que cria Zona Especial de Interesse Social

O Governo do Distrito Federal está empenhado em regularizar a Vila Estrutural. O projeto de lei proposto pelo Executivo que cria a Zona Especial de Interesse Social (Zeis) na invasão foi aprovado, ontem de manhã, na Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa e, à tarde, já era item da Ordem do Dia para a sessão extraordinária. Mas não houve sessão por falta de quórum e, por isso, o projeto não foi votado no plenário. A Estrutural é uma das prioridades do GDF e o projeto deve ser votado nos próximos dias, antes do recesso dos parlamentares que começa em 1º de julho.

O PLC 115/05 revoga a Lei Complementar 530/02, de autoria do deputado distrital José Edmar (Prona), que legalizou a invasão, mas foi considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do DF, no dia 7 de junho. Com o projeto, o GDF quer fazer obras de infra-estrutura na Estrutural, remanejando pessoas das áreas de risco para preservar o meio ambiente do local, que fica ao lado do Parque Nacional de Brasília.

O Projeto Integrado Vila Estrutural faz parte do Programa Brasília Sustentável, que recebeu um empréstimo de US\$ 31,1 milhões (R\$ 80 milhões) do Banco Mundial (Bird) para urbanizar a invasão e transformá-la em cida-



CEDOC/CRISTIANO MARIZ/15.06.2004

GDF quer fazer obras de infra-estrutura, preservar o meio ambiente e tirar pessoas de áreas de risco

de. "O projeto veio para a Casa em regime de urgência para dar continuidade ao Brasília Sustentável", diz a líder do governo, deputada Anilcéia Machado (PMDB).

LIMINAR - Quem não gosta da proposta, porém, é o autor do projeto considerado inconstitucional pela Justiça. O deputado José Edmar defende que a Câmara Legislativa espere o julgamento do mérito da ação antes de votar o projeto do Executivo. "Só uma liminar foi dada. O mérito ainda não foi julgado. A Casa tem que valer suas leis", disse o parla-

mentar. "Se regularizar a Estrutural é inconstitucional, o mesmo acontece com o Bairro da Telebrasília", acrescentou.

Está prevista no projeto de lei, uma faixa de proteção de 300 metros de largura entre a poligonal da Vila Estrutural e os limites do Parque Nacional de Brasília. Ocupantes dessa área – e de lotes que serão utilizados para obras de infra-estrutura e equipamentos públicos – deverão ser remanejados para lotes vazios na invasão. Só poderão continuar na Estrutural e receber o contrato de concessão de uso do lote (sem licitação) os ocupantes

cadastrados entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005.

A Comissão de Assuntos Fundiários também aprovou o projeto do Executivo que cria a Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). O projeto também é prioridade do governo e, apesar de causar polêmica, estava na pauta de votação extraordinária, ontem. A deputada Arlete Sampaio (PT) foi a única a votar contra o projeto na comissão por entender que o Distrito Federal já tem 29 administrações regionais e dez foram criadas nos últimos dois anos.